

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

cote que eu chamei de Brasil Sem Medo. Construção de mais de meio milhão de vagas no sistema penitenciário.

A legislação hoje já permite que líderes dessas facções criminosas recebam penas que cheguem a esse patamar, porque 70% dos crimes cometidos no Brasil são praticados pelas mesmas pessoas. Ou seja, nós mudamos, com a Lei Antifações, essa porta giratória que hoje é a audiência de custódia. Desde esses criminosos perigosíssimos até quem rouba celular tem que ficar preso também. Então, esse tratamento que hoje o governo dá de passar a mão na cabeça de bandido tem que mudar. A política de desencarceramento vai acabar a partir do ano que vem.

Tem algum outro argumento que o senhor vai dizer, além de que as empresas brasileiras já são muito taxadas?

O tempo é muito curto, mas, primeiro, eu vou defender o nosso Pix para que ele compreenda que é um meio de pagamento e que, principalmente, houve uma inclusão e um uso massivo pelas pessoas mais pobres no Brasil. Nós conseguimos bancarizar mais de 70 milhões de brasileiros que antigamente pagavam DOC, pagavam TED no banco, uma taxa por causa da transferência bancária.

Então o Pix hoje é a base fundamental da nossa economia, do comércio, de todos. Tem que ficar bem claro que isso não está na mesa. Não tem nada que se possa fazer contra o Pix no Brasil, que foi feito no governo do presidente Bolsonaro.

Explicar essa parte que, na verdade, quando ele pretende sancionar um país por causa das provocações e da degradação da relação comercial entre o Brasil e os Estados Unidos, que aconteceu muito em função de ser o presidente Lula, quando ele faz isso, na verdade, o que ele vai estar fazendo é a vontade do Lula. O único que quer a tarifação das empresas brasileiras é o Lula, porque ele acha que isso pode usar eleitoralmente a favor dele. Pode levantar, de forma mentirosa, como fez outras vezes, a bandeira de que é ele quem defende a soberania nacional. Ao contrário, nós é que defendemos a nossa soberania nacional, não ele.

Então essas explicações e dizer também, de uma forma bastante objetiva, que, a partir de janeiro do ano que vem, o Brasil terá um presidente da República que vai sentar de forma responsável, de igual para igual, para negociar com ele os melhores acordos possíveis para os brasileiros e também para os americanos.

O senhor defende a retomada da Lei Magnitsky contra Alexandre de Moraes por Donald Trump?

Essa pauta que não está no nosso controle. Eu acho que o Eduardo, obviamente, deu informações ao governo americano sobre o que estava acontecendo aqui no Bra-

sil. A Magnitsky foi implementada contra o Alexandre de Moraes por violações de direitos humanos, pelo que ele fazia nos processos dele, inclusive de forma fora da lei americana, perseguindo cidadãos americanos, perseguindo empresas americanas. Todo mundo vai lembrar que ele chegou a bloquear as contas da Starlink aqui no Brasil para tentar atingir o Elon Musk. Uma coisa completamente absurda.

O que você achou sobre a condenação de Eduardo Bolsonaro por coação no curso do processo?

Completamente ilegal. Esse processo dele é completamente nulo, sob quaisquer aspectos que você olhe. Primeiro, o Eduardo obviamente não foi o responsável por isso, não foi o autor da Magnitsky. E, se o Alexandre de Moraes foi o atingido, quer dizer, se ele foi a suposta vítima, como é que ele pode condenar o Eduardo e participar do julgamento em que condena a pessoa que ele está acusando de ter provocado a sanção contra ele? Está tudo errado. O Eduardo não foi intimado nesse processo, não foi formalmente, não tomou ciência do que tinha no processo.

A condenação de Eduardo, que permanece como candidato a suplente ao Senado na chapa de André do Prado (PL), não abre um temor de que ele possa não ser empossado caso a chapa seja eleita?

Essa conta quem tem que fazer é o André do Prado junto com o Eduardo, se isso pode atrapalhar a chapa dele, caso eleita, diante de um possível questionamento na Justiça Eleitoral lá na frente. Mas eu acho que o Eduardo tem que manter a sua posição, porque, na verdade, era para ele ser o candidato ao Senado em São Paulo. Ele está fora do Brasil contra a sua vontade, porque está lá defendendo a nossa liberdade, buscando mudar as coisas no Brasil.

O senhor entende que Jaques Wagner precisa prestar esclarecimentos sobre a origem do caso Master?

O Lula não tem moral para tomar satisfação nenhuma com o Jaques Wagner, que também, do meu ponto de vista, tem muito a explicar. Todos nós sabemos que essa questão originária, que resultou nesse escândalo do Master, teve início onde? Na Bahia, com a participação do Jaques Wagner, enquanto era secretário de Estado no governo de Rui Costa (PT), que também praticou atos de ofício como governador para facilitar a alavancagem e a capitalização do Crédito Sexta, programa que existia para vender alimentos mais baratos aos servidores públicos.

Toda a manobra que foi sendo feita, com alterações na legislação por meio de canetadas de Rui Costa e com a aquiescência de Jaques Wagner, isso tudo tem que ser explicado, sim. Então, eu acho que, se o Lula tiver que to-



mar alguma providência, ele não tem moral nenhuma para cobrar providência de ninguém, porque ele também é uma parte envolvida no Banco Master

O senhor admitiu que teve uma reunião presencial com Daniel Vercaro em São Paulo para tratar do filme Dark Horse. Recentemente, O Globo publicou que o senhor teria tido um outro encontro com ele no primeiro semestre do ano passado. Houve esse segundo encontro? O que foi tratado?

Eu sempre disse o seguinte: nada mudou. Isso aí é mais do mesmo. É uma "forçação" de barra para tentar trazer esse assunto de volta à tona. Eu sempre falei o seguinte: a minha relação com ele sempre foi por causa do filme. Mais uma vez, é um investimento privado, em um filme privado, sem nenhuma contrapartida pública.

Então, nessa outra ocasião também foi para tratar do filme?

Sempre. Qualquer coisa que apareça de diálogo, de celulares dos outros, que a imprensa traga à tona, vão ver que é só por causa do filme. Não tem nada de novo nisso. As vezes que eu falei com ele foram para tratar do filme. E, mais uma vez, em dezembro de 2024, que foi quando eu o conheci, o presidente não era mais Bolsonaro. Eu não tinha nada a oferecer de governo para ele. Não tem absolutamente nada de errado, diferente do que aconteceu durante o governo Lula.

Gilmar Mendes criticou André Mendonça dizendo que, como relator do Caso Master, Mendonça não poderia ter tido tratativas com advogados e interlocutores de Vercaro para tratar de eventual delação. Como avalia a posição do ministro Gilmar?

Eu queria ver essa crítica no caso do presidente Bolsonaro, onde o próprio Alexandre de Moraes interrogou o Mauro Cid na negociação da delação dele. Depois foi a nona, a décima quinta, a centési-

ma nona mudança de delação do que o Cid falava no processo. Aí o Alexandre de Moraes fez algo similar e não houve crítica de ninguém. Então, essa falta de isonomia, essa falta de paridade de armas, é algo que a população enxerga. Além disso, a cada dia que passa, mais pessoas conseguem enxergar o que eu considero ter sido a grande farsa da condenação do presidente Bolsonaro e a perseguição que ele sofreu ainda durante o exercício do mandato. Gosto sempre de lembrar que essas interferências começaram logo no início do governo Bolsonaro. Em 29 de abril de 2020, com apenas um ano e quatro meses de governo, houve a decisão do ministro Alexandre de Moraes que impediu o delegado federal Alexandre Ramagem de assumir a Diretoria-Geral da Polícia Federal, instituição à qual ele pertence, sob a alegação de que teria proximidade com a família Bolsonaro. E hoje o que vemos é um diretor-geral da Polícia Federal que, na minha opinião, interfere nas investigações

Em que ponto, você poderia dar exemplos dessas interferências?

Troca-se o delegado da PF que está investigando o Lulinha. O delegado que quebrou o sigilo do filho do presidente da República, um belo dia, resolve sair do caso. É uma pressão danada. Eu já ouvi falar também que, nesse caso da busca e apreensão contra o Jaques Wagner, ele também teria feito alguma coisa, que eu não posso falar aqui porque não vou ser leviano, mas teria feito alguma coisa para interferir, para dar alguns recados ali para dentro da Polícia Federal, porque não estaria concordando com aquilo. Acho que as investigações podem mostrar o que acontece.

Mas, claramente, nós temos um problema. O que eu ouço de delegados da Polícia Federal é que não existe mais uma distribuição livre dos inquéritos conforme a competência de cada delegado. Tudo precisa passar pela chefia da Polícia Federal, para que haja controle sobre tudo. Escolhe-se

qual delegado assume determinado caso e qual delegado permanece ou sai da investigação. Isso é um absurdo. Se fosse no governo do presidente Bolsonaro, ele já teria sofrido 50 pedidos de impeachment.

No âmbito da PGR, o que o senhor critica nas atitudes do procurador-geral da República Paulo Gonet?

Simplesmente muitas coisas que chegam ali e que deveriam ser objeto de investigação não acontecem. Claramente é uma pessoa que parece estar ali sem a independência necessária, sem exercer uma característica primordial de um procurador-geral da República, que é ter autonomia e não olhar a capa do processo. Infelizmente, parece que algumas vezes isso acontece.

Eduardo Bolsonaro reclamou de uma suposta omissão de Michelle Bolsonaro e Nikolas Ferreira em sua campanha. Como o senhor vê essa crítica?

Acho que cada um faz no momento que quiser. A Michelle está passando por um momento difícil. A família toda está passando. Você viu que ela começa a voltar a frequentar agendas públicas, então é o tempo dela (quando a entrevista foi gravada, Michelle ainda não havia postado um vídeo no qual disse se sentir humilhada por Flávio). O Nikolas, da mesma forma, é um garoto que, do meu ponto de vista, tem um potencial gigantesco para crescer cada vez mais. É uma liderança não só em Minas Gerais, mas em todo o Brasil.

O senhor se compromete a não escolher amigos para o STF caso seja eleito presidente da República?

O critério tem que ser respeito à Constituição, respeito ao Congresso Nacional e capacitação técnica. Isso é um pré-requisito.

Jorge Messias tem esses requisitos? Lula pretende indicá-lo novamente ao STF.

Eu acho que não. Inclusive, votei contra a indicação dele. Para mim, mais uma vez, seria uma pessoa mais preocupada em atender o Lula do que em respeitar a Constituição.

Nesta quinta-feira, termina o prazo da prisão domiciliar humanitária concedida a Bolsonaro. Se o senhor encontrasse com o ministro Moraes, o que falaria a ele?

Cumprir a lei e manter o presidente Bolsonaro na prisão domiciliar humanitária, que é onde ele tem que estar por razões de saúde. Ele não pode voltar para um local onde, mais uma vez, continua tomando remédios que causam efeitos colaterais, como tontura, e que podem provocar um desequilíbrio, fazendo com que ele sofra um acidente sozinho dentro de uma cela, como era a situação antes de ser colocado em prisão domiciliar humanitária. Pelo menos em casa, ele está sendo bem assistido e amparado.